

## FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: UMA ANÁLISE DAS MOTIVAÇÕES

Hortevan Marrocos<sup>1</sup>Vanessa Desidério<sup>2</sup>Francisco Jadson Souza de Assis<sup>3</sup>Rafael Rembrandt Pinheiro da Silva<sup>4</sup>Andrezza M. B. Do N. Tavares<sup>5</sup>José Moisés Nunes da Silva<sup>6</sup>

### RESUMO

Um dos objetivos da Educação Profissional (EP) é formar trabalhadores pelo trabalho e para o trabalho, para alcançar esse objetivo, o docente da EP precisa desenvolver competências técnicas e pessoais por meio de formação continuada traçada em parte pela necessidade e em parte pela afinidade. Todavia, com o crescimento de casos diagnosticados de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil e o possível aumento na matrícula de discentes com TEA nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, independente da área de formação do docente da EP, há a necessidade de formação continuada nessa área específica. Em 2024, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) promoveu cursos de formação inicial e continuada para a comunidade na área de autismo e inclusão escolar. O presente artigo tem como objetivo analisar o perfil e a motivação dos docentes inscritos que atuam na EP. Utilizou-se como técnica de coleta de dados, a entrevista semi estruturada e os dados foram analisados através da técnica de Bardin (1977). A população foram 18 docentes, a maioria fez a inscrição no curso por indicação de outros professores que participaram da formação em 2023. Em relação ao perfil dos pesquisados, 60% são mulheres que moram na capital do estado, 94% tem filhos autistas, cujos filhos são menores de 18 anos de idade. Conclui-se que a maternidade atípica foi o fator motivacional para a busca da formação. Duas categorias foram evidenciadas, os cursistas que se inscreveram por ter a necessidade de promover melhor aprendizagem do filho e consequentemente do seu alunado e os que se inscreveram por curiosidade e/ou para expandir seu conhecimento sobre autismo. Dos professores pesquisados, um é autista, tem filho autista e dá aula para alunos autistas. A empatia foi o sentimento predominante nas falas dos pesquisados.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista, Inclusão, Formação Docente, Educação Profissional.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [hortevan.marrocos@ifba.edu.br](mailto:hortevan.marrocos@ifba.edu.br);

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, [vanessa.desiderio@ifrn.edu.br](mailto:vanessa.desiderio@ifrn.edu.br);

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Tecnólogo em Energias Renováveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, [francisco.jadson@escolar.ifrn.edu.br](mailto:francisco.jadson@escolar.ifrn.edu.br);

<sup>4</sup> Graduando do Curso de Tecnólogo em Energias Renováveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, [r.rembrandt@academico.ifrn.edu.br](mailto:r.rembrandt@academico.ifrn.edu.br);

<sup>5</sup> Doutora em Educação do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, [andrezza.tavares@ifrn.edu.br](mailto:andrezza.tavares@ifrn.edu.br)

<sup>6</sup> Professor orientador: Doutor em Educação, IFRN, [moises.silva@ifrn.edu.br](mailto:moises.silva@ifrn.edu.br).

## INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) agrupa alguns transtornos do neurodesenvolvimento que causam prejuízos sociais e acadêmicos, o diagnóstico é clínico e requer apoio multiprofissional, trata-se de uma condição permanente que afeta principalmente o comportamento e a comunicação (Gaiato e Teixeira, 2018).

É um problema premente de saúde pública, que atinge milhões de pessoas e deixou de ser considerada condição rara. Todas as pessoas com TEA (também chamadas de autistas) tem a necessidade de suporte ou apoio de outrem, o nível de suporte pode variar: nível 1 (pouca necessidade de apoio, maior autonomia e funcionalidade); nível 2 de suporte (mediana necessidade de apoio, autonomia e funcionalidade) e nível 3 de suporte (muita necessidade de apoio, baixa autonomia e pouca funcionalidade). Considerando a neuroplasticidade do cérebro, quanto mais cedo e mais intensivo o tratamento ou intervenção terapêutica melhor será o resultado ao longo da vida do indivíduo (Liberalesso e Lacerda, 2020).

Ferreira e Chamel (2022) explicam que embora os prejuízos possam durar a vida toda, é na adolescência que se tornam mais complexos em virtude de novas experiências com o corpo, sexualidade e construção da identidade atrelada à representação de si mesmo. A maioria desses conflitos se manifesta ou pode ser observada no ambiente escolar, e por muitas vezes, se torna um dos maiores desafios da comunidade escolar e de seus docentes no encontro de formas assertivas para resolvê-los.

A inclusão escolar é promotora da formação para o trabalho. Contudo, apenas a política de cotas para o ensino na rede federal baseada na Lei nº 13.409, de 28/12/2016 (Brasil, 2016) ou para o trabalho, baseada Lei nº 8.213, de 24/07/1991 (Brasil, 1991) não garante a inclusão. É necessário um eficiente Serviço de Atendimento Educacional Especializado que envolve infraestrutura, formação de pessoas e investimento em políticas públicas de longo prazo, conforme previsto na Resolução CNE nº 4/2009 (Brasil, 2009) e Lei Brasileira da Inclusão, Lei nº 13.146, de 06/07/2015 (Brasil, 2015). De forma geral, ainda há muito que melhorar, haja visto que 85% dos adultos autistas estão desempregados no Brasil (UNG, 2023).

Um dos objetivos da Educação Profissional é formar trabalhadores pelo trabalho e para o trabalho, para alcançar esse objetivo, o docente da EP precisa desenvolver competências técnicas e pessoais por meio de formação continuada traçada em parte pela necessidade e em parte pela afinidade. Todavia, com o crescimento de casos diagnosticados de Transtorno do

Espectro Autista (TEA) no Brasil e o possível aumento na matrícula de discentes com TEA nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, independente da área de formação do docente da EP, há a necessidade de formação continuada nessa área específica.

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que impactam nas relações de trabalho. O trabalho docente, considerado essencial para a EP, envolve a dimensão formação, que é um dos elementos da profissionalização dos docentes, ao lado do salário, da carreira e das condições de trabalho.

Apesar do Plano Nacional de Educação (PNE 2004-2024) prever a licenciatura para todos os docentes da Educação Básica, nega essa exigência para os docentes da Educação Profissional, reforçando a dualidade histórica, explicam Oliveira e Nogueira (2016). Nos últimos dez anos, transições de governo e mudanças nas legislações recentes trouxeram grandes prejuízos, diretrizes relacionadas ao novo ensino médio precarizaram e flexibilizaram ainda mais a formação docente, permitindo inclusive a terceirização e aplicação do notório saber na Educação Profissional.

Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004) explicam que por vezes a formação docente parece ser a solução dos problemas da educação, diminuindo o efeito de um conjunto de fatores que configuram a sua complexidade. Vários saberes formam o docente, esse processo cresce com o desenvolvimento da pesquisa, que resulta da reflexão prática, sob uma perspectiva crítica, de forma coletiva, como condição de legitimação do saber, tendo alcance maior ou menor de acordo com o próprio processo de saber. Essa formação é agregada ao currículo, bem como o currículo é reformulado com base nesses saberes. Destarte,

A relação entre os conceitos de trabalho, ciência, tecnologia e cultura é discutida como unidade e, por isto, esses são designados como conceitos indissociáveis da formação humana. Com esta compreensão, discutimos o trabalho nos seus sentidos ontológico e histórico, como processo de formação do ser humano e de apreensão da realidade para si; discussão essa necessária à abordagem do trabalho como princípio educativo (Ramos, 2014, p.65).

Nesse sentido, Morais e Silva (2020) investigaram a percepção dos docentes sobre as ações de formação para educação especial na educação profissional do IFRN em 2018 e concluíram que apesar dos avanços legais alcançados no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, bem como referentes às políticas de formação de docentes para atuar na EP, a realidade brasileira ainda se encontra permeada por entraves que provocam um distanciamento entre o que é preconizado em lei e o que é implementado na vida cotidiana.

A presente pesquisa trata da inclusão de pessoas com TEA na Educação Profissional (EP), com foco na formação docente, investigando a motivação dos docentes em relação à participação no curso de curta duração oferecido pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) em 2024.

A motivação humana, é um campo de estudo pesquisado principalmente pela psicologia, pois trata do ato ou efeito de motivar-se (fator intrínseco que pode ou não ser influenciado por fatores extrínsecos a depender do nível de comprometimento e satisfação do indivíduo), a motivação é a mola propulsora para ativar o comportamento. Assim como os alunos precisam sentir-se motivados a aprender, o professor precisa sentir-se motivado a ensinar e a aplicar o que aprende nas formações continuadas que são inerentes ao seu fazer docente. A motivação também coopera com a busca por formação.

Moreira (2005) explica que em se tratando de motivação docente, é comum pensar que é já existente, contudo, assim como na maioria das ocupações, existe uma discrepância considerável entre os professores em termos de motivação e comprometimento no trabalho. Em sua pesquisa, ele verificou que em situações muito similares os professores atribuem diferentes significados ao trabalho no que se refere à motivação e ao comprometimento, tal como o desafio de ensinar e a relação professor-aluno, se mostrou ao mesmo tempo um fator de satisfação e de insatisfação para os professores pesquisados.

Devido à muitas demandas, no confronto com a sociedade do conhecimento, a distância entre o que os professores gostariam de exercer e as práticas que efetivamente realizam é afetada pela autonomia e fatores motivacionais, professores motivados para aprender e ensinar tendem a potencializar sua prática educativa cotidiana e ao mesmo tempo conseguem estimular os educandos para engajarem-se na aprendizagem (Bonfim, 2018).

A prática docente envolve a motivação para promover o ensino e aprendizagem de outrem, ainda que na sala de aula, não haja nenhum aluno com transtorno de aprendizagem, a singularidade de cada indivíduo, implica em uma sensibilidade docente para inferir como cada aluno aprende. Rodrigues et. Al (2017) realizou uma pesquisa com 33 professoras que atuam na educação especial e percebeu alto nível motivacional nas pesquisadas, com investimento pessoal e dedicação ao trabalho, apesar dos desafios inerentes à educação inclusiva.

Sabendo que a motivação docente é um dos fatores fundamentais para o aprendizado dos alunos com TEA e para a busca da formação docente, o presente trabalho buscou identificar quais foram os motivos apontados pelos docentes ao se inscrever no Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) oferecido.

O curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, foi realizado pela primeira pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) vez em 2023. Em 2024, a segunda turma foi criada em função de a primeira turma ter sido muito procurada, após encerramento das inscrições. O curso tem carga horária de 40 horas e é dividido em quatro módulos. Os módulos são: Conceitos, características e causas do autismo (1), Papel do docente na inclusão de pessoas com TEA (2), O serviço especializado de ensino e a Sala de Recursos Multifuncional (3) e Plano de Ensino Individualizado – PEI, para alunos com TEA (4).

Os módulos foram ministrados por profissionais que atuam na inclusão de pessoas com TEA e além do material de apoio que apresenta os referenciais teóricos de cada módulo, os cursistas tiveram acesso às videoaulas e palestras. A segunda edição do curso iniciou em 26 de fevereiro e terminou em 31 de maio de 2024. Apesar do curso ter sido planejado inicialmente para professores da educação profissional, outros docentes de outras modalidades também se inscreveram.

## **METODOLOGIA**

O curso foi planejado inicialmente para 40 professores da educação profissional, mas recebeu inscrição de apenas 18 nessa modalidade. Buscando identificar a motivação desses docentes para se inscrever no curso, foi feita uma análise das falas dos inscritos que tem esse perfil (ser docente dos institutos federais).

O instrumento de coleta de dados foi o questionário qualiquantitativo que simulava uma entrevista semiestruturada no ato da inscrição. Para análise das perguntas subjetivas, utilizou-se a análise de Conteúdo (Bardin, 1977), para as perguntas objetivas, estatística simples. Trata-se de uma pesquisa descritiva e aplicada. Para Leite (2008) a pesquisa descritiva serve de base para outros tipos de pesquisa e a aplicada gera conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dos 18 docentes, 60% são mulheres, apenas uma mora no Maranhão, as demais moram no estado do Rio Grande do Norte, a maioria mora na capital do estado. Em relação ao local onde moram, o mesmo ocorreu com os homens, a maioria mora na capital do estado do Rio Grande do Norte, dois moram no interior e um mora no estado do Maranhão.

Observou-se que 94% dos pesquisados sinalizaram que além de docentes são pais, mães ou responsáveis por pessoas que estão no espectro. O tratamento para o autismo,

principalmente quando se trata de terapia comportamental depende de equipe multiprofissional (neuropediatra, psicopedagogo, fonodialogo, nutricionista, terapeuta ocupacional, psicólogo, entre outros). É comum haver dificuldade de tratamento multiprofissional específico para autismo no interior, nesses casos, é direito do servidor solicitar remoção ou remanejamento para acompanhamento de tratamento de saúde do filho menor de idade, nos termos do artigo 84 da Lei nº 8.112/1990 (Brasil, 1990). Como a maioria dos pesquisados moram na capital, entende-se que eles podem ter utilizado esse direito ou estão na carreira há muito tempo, pois os novos docentes geralmente são direcionados para os campi dos municípios mais distantes da capital do estado.

Em relação à faixa etária dos filhos dos servidores pesquisados, a maioria (52%) tem filhos com idade igual ou menor que 12 anos de idade, conforme figura 1. Apenas 22% têm filhos adolescentes (13 a 18 anos de idade) e outros 20% têm filhos jovens e adultos. Os demais (6%) não são pais atípicos.

<b>Faixa etária do filho que tem autismo</b>	
0 a 12 anos	52%
13 a 18 anos	22%
19 a 25 anos	10%
maior de 25 anos	10%
<b>Total de pais atípicos</b>	<b>94%</b>

Figura 1 – Dados dos pesquisados

Fonte: Própria, 2024

Apenas um dos pesquisados informou que além de ter filho no espectro e dar aulas para pessoas com espectro, também foi diagnosticado com Transtorno do Espectro do Autismo, trata-se do pai de um adulto no espectro. É possível que o diagnóstico tenha sido tardio e seja recente, pois ele está buscando formação na área e demonstra não conhecer muito sobre o tema, indica que possivelmente o diagnóstico do filho também tenha sido tardio. A literatura esclarece que até dez anos atrás, as pessoas tinham mais dificuldade para ter acesso ao diagnóstico e em função da necessidade de ser aceito, muitos disfarçavam as características do autismo, favorecendo um subdiagnóstico global (ansiedade, depressão, bipolaridade, transtorno de humor, por exemplo) ou até um diagnóstico errado (Correia, 2022). Quando questionado sobre o motivo da sua inscrição no curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, ele respondeu:

*“Eu sou professor e tenho alunos autistas além de ser pai de um menino autista também. Quero melhorar minha prática como professor e conseguir incluir de maneira efetiva meus alunos”  
 (pesquisado do gênero Masculino, autista, pai e professor de pessoas que estão no espectro)*

A fala indica que seu objetivo através do curso é atender melhor ou promover a aprendizagem de seus alunos, enquanto se reconhece ou reconhece no filho, características do autismo que precisam ser trabalhadas. Trata-se de uma tripla motivação, aprender para si, aprender para ajudar seu filho e aprender para ajudar seus alunos. A formação desse docente tende a ser muito bem aproveitada, pois além da necessidade, há um vínculo afetivo com o tema inclusão que perpassa os espaços escolares.

Através dos questionários, verificamos que a maioria dos pesquisados soube do curso por meio de outros colegas professores que fizeram na primeira turma (2023). Apenas 6% dos pesquisados souberam do curso através do e-mail institucional (forma oficial de comunicação), indica que a primeira turma teve uma boa percepção do curso e por isso indicou para os colegas servidores. No entanto, como foram muitos os docentes que não se inscreveram (apesar de ter recebido o e-mail convite) é interessante pensar no motivo que levou esses docentes a não participarem da formação, visto que é gratuita, remotas e que a prevalência de autismo tem aumentado gradativamente na educação profissional de nível técnico (INEP,2024).

Como a maioria dos pesquisados são pais ou mães atípicos, conclui-se que esse foi o motivo predominante para a busca da formação. Duas categorias foram evidenciadas, os cursistas que se inscreveram por ter a necessidade de promover melhor aprendizagem do filho e conseqüentemente do seu alunado e os que se inscreveram por curiosidade e/ou para expandir seu conhecimento sobre autismo.

No grupo 1, tem-se apenas falas de pesquisados que são pais/mães atípicos, sobre a sua motivação para fazer o curso:

*“Tenho uma filha autista, quero adquirir mais conhecimento sobre o assunto”*

*“Tenho filho com suspeita de TEA e alunos com TEA”*

*“Saber lidar melhor com minha filha que está no TEA conjuntamente com meus alunos”*

*“Tenho um filho do espectro e tenho interesse em lidar melhor com a situação”*

*“Pq tenho uma filha em investigação de TEA e tenho alunos c TEA. Espero aprender a atender melhor”*

*“Tenho uma criança autista e trabalho em sala de aula que tenho alunos autistas”.*

*“Meu filho foi diagnosticado com TEA. Espero aprender mais sobre o TEA para poder ajudá-lo a se desenvolver e alcançar autonomia no futuro”.*

*“Sou pai de autista quero me especializar nesta área”*

Todas as falas do grupo enfatizam a maternidade/paternidade atípica, apesar de essa questão já ter sido respondida anteriormente como questão objetiva, eles fazem menção na questão subjetiva que é voltada para justificar o motivo pelo qual ele requer a vaga. Essa ênfase denota um forte apego ou tentativa de promessa que dará o melhor de si para aproveitar a formação. É provável que esses pesquisados tenham de fato dado mais atenção ao que foi oferecido durante a formação, pois ocorreu em meio à greve dos servidores públicos dos institutos federais e houve muitos fatos que cobravam atenção, demanda e energia durante a execução do curso.

Além disso, percebe-se que eles justificam o fato de terem alunos que também estão no espectro, ou seja, a sua necessidade de formação é urgente, pois eles já lidam com o desafio de ensinar pessoas que estão nessas condições e possivelmente essa é a primeira formação específica que eles recebem. Suas demandas exigem que eles olhem além do laudo, existe limitações e potencialidade de ensino que precisam ser exploradas. As palavras “preciso, quero, ajudar” denotam o sentimento de impotência, de insegurança que fragiliza a autonomia docente.

O grupo 2, também é formado predominantemente por mães e pais atípicos, mas em sua resposta à motivação para fazer o curso, eles disseram, querer renovar o conhecimento ou aplicá-lo melhor, mesmo para aqueles que não são pais atípicos:

*“Espero adquirir novos conhecimentos em relação ao autismo, que irão me ajudar na prática docente”.*

*“Aprender mais sobre o Autismo”.*

*“Obter mais conhecimento sobre o tema para saber lidar com os alunos e conhecidos que apresentam sintomas de autismo”.*

*“Melhorar mais meu conhecimento sobre o autismo”*

*“Novidades”*

*“Praticar a experiência em sala de aula”*

*“Mais sobre possibilidades educacionais para pessoas com TEA”*

*“Sou professora da rede pública e tenho vontade de aprender a lidar com pessoas com autismo”*

Observou-se que os pesquisados do grupo 2, utilizam muito as palavras “mais e vontade”, é possível que eles já tenham familiaridade com o autismo, além disso, é nesse grupo que se concentra os pais de autistas com mais de 12 anos de idade, é possível que por esse motivo, eles sintam-se mais



“preparados” para a demanda inclusiva em casa e na escola e estejam direcionando a aplicação da formação para os seus alunos que estão no espectro.

Da Silva, Rozek e Severo (2018) realizaram uma pesquisa semelhante e concluem que os cursos de qualificação de professores para atuarem com alunos com Transtorno do Espectro Autista são extremamente relevantes para a qualificação do processo de inclusão escolar. Contudo, a busca por formação tem motivos variados, a visão de cada profissional do curso oferecido acontece também muito vinculado as suas questões pessoais e formativas. Elas avaliaram a motivação do grupo todo, foram 59 pesquisados. Nesse sentido, sugere-se em outro momento, realizar o comparativo de motivação dos docentes da educação profissional com o da educação básica. Além disso, será proveitoso para ambos uma pesquisa pós conclusão do curso para avaliar os efeitos da formação na inclusão efetiva.

Em relação a necessidade de formação na área do curso, verificou-se no Censo Escolar de 2023 que o número de alunos com TEA tem aumentado de fato, em todas as modalidades de ensino, mas principalmente no ensino médio, isso refletiu no número de inscritos no ENEM, foram 3.040 laudos de autismo em 2023, sem contar os casos que não utilizou o laudo ou aqueles que ainda estão sendo investigados. Dos 7,7 milhões de matrículas no ensino médio, 823.587 são matrículas no curso técnico integrado ao ensino médio, houve um crescimento de 32,2% nos últimos cinco anos na educação profissional. O número de matrículas da educação especial chegou a 1,8 milhão em 2023, um aumento de 41,6% em relação a 2019. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 62,9% dessas matrículas, ou seja, daqui à alguns anos, se essas crianças se manterem na escola, serão público-alvo do ensino médio e da educação profissional de nível médio. O relatório do INEP ainda indica que o número de alunos com deficiência, TEA ou altas habilidades matriculados em classe comum tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino e a maior proporção está no ensino médio, com inclusão de 99,5%. Esses dados do INEP (2024) indicam uma urgência de formação docente em todas as modalidades. Além de investimento em estrutura com equipe multiprofissional para atender essa demanda.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A permanência e êxito de alunos matriculados na educação profissional de nível médio depende de vários fatores, entre eles da formação docente. Por esse motivo, o IFRN disponibilizou o curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, no entanto, a maioria dos docentes inscritos não atuam na Educação Profissional (EP), essa inquietação, levou a análise do motivo pelo qual os poucos docentes da EP o fizeram, visto que não temos até o momento dados para evidenciar o motivo pelo qual os demais não participaram.

O instrumento de coleta de dados foi a ficha de inscrição, um documento eletrônico enviado por email para os docentes. A população foram 18 docentes, dos quais um é autista. A maioria são pais e mães de crianças que estão no espectro e pelo menos a metade indicou já ter

tido a experiência de dar aulas para alunos que estão no espectro. Os docentes pesquisados tem como motivação maior a empatia, o sentimento de pertencimento direto ou indiretamente, pois já lidam com o espectro em casa e/ou na escola e podem melhorar sua prática docente, tornando-a mais inclusiva e promovendo melhor ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 1977.

BOMFIM, Paulo César Romão. ATRIBUTOS DA MOTIVAÇÃO NECESSÁRIOS AO DOCENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA. **Multidebates**, v. 2, n. 1, 2018.

BRASIL. **Lei no 8.112/1990**: Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 88 p.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da União, v. 1, p. 14809-14809, 1991.

BRASIL. Resolução CNE; Nº, C. E. B. 4/2009: **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

BRASIL. Nota técnica 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21/03/2013. **Orientação aos sistemas de ensino sobre a implementação da Lei n. 12.764/2012**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei. n. 13.005/2014.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200).

BRASIL. **Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da República, Secretaria Geral.

CORREIA, Ana Rita Rodrigues. **Diferenças de gênero e o Diagnóstico de Autismo no Gênero Feminino**: Revisão Sistemática de Literatura. Universidade de Beira Interior. Dissertação. Mestrado em Medicina. Maio. 2022.

DA SILVA, Karla Fernanda Wunder; ROZEK, Marlene; SEVERO, Gabriela. **A formação docente e o Transtorno do Espectro Autista**. Anais do IV SIPASE, Seminário Intenacional Pessoa Adulta, Saúde e Educação. “A construção da profissionalização docente: a pessoa em formação. PUC/RS. 2018, Brasil., 2018.

FERREIRA, V. da S; CHAMEL, E.N. **Práticas Educacionais inclusivas para estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Profissional.** Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 707 - 718, 2022. DOI: 10.36732/riep.vi.197.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis.** Nversos, 2018.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo Escolar da Educação Básica 2023 (Resumo Técnico) e Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio.** Brasília: INEP, 2024.

LEITE, Francisco Tarcísio. **Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros.** Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

LIBERALESSO, Paulo. LACERDA, Lucelmo. **Autismo: Compreensão e práticas de evidências** [livro eletrônico]. 1.ed. Curitiba: Movimento Capricha na Inclusão, 2020.

MORAIS, Josanilda Mafra Rocha de; SILVA, Lenina Lopes Soares. **Pessoas com deficiência na educação profissional: a percepção dos docentes sobre as ações de formação do IFRN.** Revista Educação: atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado. Cap. 16, Atena Editora, pg. 141 – 151, 2020.

MOREIRA, Herivelton. **A motivação e o comprometimento do professor na perspectiva do trabalho docente.** Série Estudos. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande/MS, n.19, p.209-232. jan/jun/2005.

OLIVEIRA, M.R.N.S; NOGUEIRA, C.G. **A formação de docentes para a educação profissional e o Plano Nacional de Educação (PNE): quais as perspectivas?** Hollos, v.6, n.32, p.145-155, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RAMALHO, Betânia Leite. NUÑES, Isauro Beltrán. GAUTHIER, Clermont. **Formar o docente, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes et al. **Motivação e docência no ensino especial: um estudo com professoras do distrito federal.** Revista educação especial, v. 30, n. 57, p. 27-39, 2017.

UNG. **Autismo e Mercado de Trabalho.** 17. Abril. 2023. Disponível em<  
<https://www.ung.br/noticias/autismo-e-mercado-de-trabalho#:~:text=O%20que%20n%C3%A3o%20significa%20que,adultos%20com%20autismo%20est%C3%A3o%20desempregados>> Acesso em: 26/05/2023.